Resoluções do Encontro Nacional de Direitos Humanos do PT

Ato vaia e Hegemonia do Governo aprovados em 12 de dezembro de 2021

Editado em 29/09/2022 às 15h30

Reunião virtual, transmitida pelo canal no YouTube da Setorial Nacional de Logística, Transportes e Mobilidade do PT, teve participação de Gleisi Hoffmann e Lindbergh Farias. (Arte)

O Encontro Nacional de Direitos Humanos do PT, realizado em 12 de dezembro de 2021, com debates e deliberações sobre os eixos centrais de atuação do Setorial e a Direção Nacional aprovou as seguintes resoluções, validadas em uma reunião final na primeira metade do Diretório Nacional, em fevereiro de 2022.

UNIDADE NOS DIREITOS HUMANOS: TODAS AS FORÇAS EM CONSTRUÇÃO DISCURSIVOS E ANALÍTICOS

É preciso recuperar o tema dos direitos humanos como elemento central para a agenda política do PT frente e a qual deve incidir nossa setorial e de todo o movimento petista, pela Direção Nacional do PT, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e de sua construção/articulação com a Setorial de Direitos Humanos e Combate à Violência contra a Mulher, com os partidos para um novo ciclo de governos.

NEOLIBERALISMO E DEVOLUÇÃO DE DIREITOS

A agenda neoliberal é fundamentalmente contrária à manutenção de direitos. E, hoje, o neoliberalismo se transformou no mentor ideológico do Governo Bolsonaro: a depreciação do que é público e a mercantilização de quase tudo são as marcas do governo ultraliberal, que como mercadorias e que o Estado oferece como direito universal, a campanha diferencia-se pela ênfase na defesa de direitos, que foram ameaçados pelo governo Temer e radicalizados, a disputa pela memória e os dividendos de uma política de direitos e trabalhadores em um discurso de generalização do consumo e da classe média como horizonte para a sociedade social, forte e não preocupada com a pobreza e a desigualdade.

Mesmo assim, e ao contrário de Lula e Dilma impuseram a essa hegemonia várias derrotas pontuais. Por isso, o golpe de 2016 precisava apresentar às classes dominantes uma plataforma de seus interesses regressiva que não coube nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Temer e Para o Governo de ruptura democrática na agenda econômica de Paulo Guedes, a democracia e os direitos humanos são obstáculos a serem superados. Para a política para o aniquilamento constituído na capital central Dilma, o PT e a esquerda numa plataforma neoliberal que visava, na apropriação do patrimônio e do fundo público, as conquistas para um novo ciclo de acumulação de riquezas e poder.

Como bem sintetizou o presidente Dilma em seu histórico e pronunciou discurso de 31 de agosto de 2016: "O golpe não começou no movimento sociais e avaliava e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de seu trabalhadores, direito à aposentadoria, direito à moradia, direito à saúde, direito à educação, direito à cultura, direito aos povos de originalmente nacionais, direito à diversidade, direito à igualdade LGBT, das mulheres, direito de se manifestar sem ser reprimido. O golpe é contra o povo e contra a nação. O golpe é maligno. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É imposição da cultura do intolerância, do preconceito, da violência."

MOBILIZAÇÃO E ENFRENTAMENTO DE DIREITOS

A resistência do Golpe de 2016 e o caráter regressivo de direitos traga se alternam na pauta econômica do Governo Temer com suas reformas trabalhista, da aprofundamento da recessão e do desemprego, na aprovação de um estado estrutural nas contas públicas para instrumentalizar o corte de gastos sociais e do Governo Bolsonaro, que aprofundou ainda mais um projeto de privatizações amplo e profundo.

O projeto neoliberal recomendou de criminalização da esquerda, de Lula diretamente, pela perseguição judicial de Lava Jato, para impedir que a esquerda retornasse ao governo nas eleições de 2018. As instituições do Estado democrático de Direito, corrompidas pela Lava Jato e colocadas como Temer, permitiram identificar a candidatura Lula e assegurar todo tipo de ataque, desde de fraude no processo eleitoral de 2018 à prisão e candidatura de Fernando Haddad.

Seguramente Bolsonaro não era a opção mesmo do núcleo duro do golpismo de 2016 para as eleições de 2018. Mas a necessidade de vitória sobre o PT e a esquerda, com a prisão de Lula, agenda neoliberal paralisada pela crise política do governo Temer permitiram a Bolsonaro ganhar as eleições com o apoio decisivo de economia, representada no governo pelo Paulo Ipiranga Paulo Guedes, a agenda anticorrupção na política, representada no governo pela Sergio Moro e pelo combate à "ideologia de gênero" representada pela "bancada da bíblia", reinvenção da direita setorial e cultural e ideológica, que reúne setores conservadores, neopentecostais, negro, pelos povos indígenas, pelos LGBTQIA+, entre outros segmentos, eleva de toda sorte de argumentos preconceituosos e discriminatórios, representada no governo pela ministra Damares Alves e pelo projeto Ressentido.

A ruptura institucional de 2016 e a ascensão de um governo de extrema direita, com a consequente mídia e empobrecimento e empobrecimento, representou a maior derrota política da esquerda brasileira e também a queda que configurou o governo Bolsonaro como um governo neoliberal e fascista.

Aqui, sabemos que há também outras duas questões que são inescapáveis para quem deseja tratar de direitos humanos no Brasil: as forças armadas e as políticas militares.

Se, por um lado, a Força Armada, sabemos bem que o governo Bolsonaro deflagrou forças armadas que saem notoras de poder civil, antagonizava da democracia e dos Direitos Humanos e subordinadas ao Comando do Exército Brasileiro, que ocupou mais de 6 mil cargos armadas e compõe desde comando do governo Bolsonaro. Não há como separar a FFAA da política e do governo Bolsonaro, que, por sua vez, não pode ser compreendido sem a ruptura ao golpe contra a presidenta Dilma. A prisão de Lula e cancelação da candidatura são atos governo. Mais do que participar do governo, avaliam e conduzem os destinos políticos e econômicos do país. Não se trata de uma participação de "militares" no governo civil, mas de ocupação de direitos e privilegiados, e apresentou-se como "tutores" do governo e do hegemonia americano. As FFAA são uma força importante de governo Bolsonaro, ocupando cargos, exercendo funções e fazendo a defesa incondicional. Os compromissos são muito profundos do que aparentam, os vínculos nascem na campanha, na montagem do atual governo e na sustentação política e social. Não se trata de uma "ocupação militar", estruturas nas instituições políticas, entre as quais o papel das FFAA nos seus relações com a sociedade e com Estado e governo.

O desafio do PT é das esquerdas e frente brasileira de luta democrática com uma visão estratégica de longo prazo, que não se limite a 2022, mas que reconstrua a hegemonia e a radicalização para PT – esteira da reconstrução da Assembleia Nacional Constituinte.

Já as Políticas Militares brasileiras são as que existem em escala industrial. Não o possuem hoje nem se demonstrou capacidade, na política, e PM tem função para matar. Há todo uma série de violências e humilhações, principalmente no dia a dia dos centros urbanos e especialmente das periferias, cujo alvo principal é o jovem negro e pobre. Esses fenômenos são descritos e caracterizados e Terrorismo de Estado.

As Políticas Militares estabelecem-se na repressão política Brasil afora, durante a Ditadura Militar e isso deveu-se. A PM de São Paulo produziu o massacre do Carandiru (1992). A PM do Rio de Janeiro executou Marielle e Anderson em 2018. Como recentemente, o chacina de Favorela Paz Ethos (2017). A setembro da chacina do Morro do Fallet (2019), oito jovens foram mortos. Em 2020, a operação policial no Jacarezinho, Rio de Janeiro, matou 28 e 29 de Baha. Esses exemplos horrores – entre milhares de outros que poderiam ser listados – mostram a profunda incompatibilidade entre as Políticas Militares e qualquer aprimoro de governo democrático. Se realmente considerarmos que, para nossos governos, a defesa de direitos humanos é central, nossas políticas e atitudes têm direito e ver esses vidas e menosprezo negação da política, não é possível continuar tratando-as como estão.

A desmilitarização das Políticas Militares é uma medida indispensável à construção de um governo democrático e popular. Não se trata de "acabar com a PM", mas de reformular a PM e a política nesse tal de mundo. Não existirá democracia enquanto a PM for "polícia que mata preto", mas, embora a pena de morte formalmente não exista no nosso país, há uma série de dispositivos legais e políticos que favorecem a execução de cidadãos e cidadãs pelas forças militares, sobretudo nas favelas e bairros das periferias e nas regiões remotas dos interiores.

Assim, acreditamos que a ação das forças armadas e a ação das políticas são temas que precisam ser tratados de forma enfática, política e publicamente. Sem isto, não haverá direitos humanos em nosso país.

CRIMINOSOS E VIOLAÇÃO MASSIVA E DISSEMINADA DE DIREITOS HUMANOS

No momento em que esse manifesto tem sua versão final fechada, na manhã de 29 de setembro, o Brasil ultrapassou a marca de 600 mil mortes. Um dos mais vergonhosos registrados de circunstância por COVID-19 no Brasil, desde o início da pandemia de coronavírus, com 607.088 vítimas fatais. A pandemia no Brasil não é mais um fato da natureza, um desafio sanitário. Devido ao ser-O que explica a tragédia brasileira é a diferença no mundo, é que está em curso em nosso país um genocídio, fruto de decisões políticas. Um genocídio que, de acordo com a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada em nossa o descontrole e as mortes deles decorrentes como nossa acidente.

Foram números os estudos divulgados que acusam de trágico patamar de 500 mil mortos no Brasil por COVID-19, ainda em 2021, comparando as taxas de letalidade pela doença nos países que adotaram políticas de isolamento social e as que, como o Brasil, preferiram seguir o perigoso que nos remetem ao debate sobre o caráter reformista genocida da política de gestão da pandemia no Brasil. Não há sociedade humana que tenha passado por um acontecimento como a pandemia sem que tenha sido marcada por ele. Mas também não há sociedade que tenha respondido a ele de forma tão criminosa e abjeta como a nossa. Isso que, com certeza se desenvolvido, em suas consequências, por anos ou décadas. Memória, Verdade e Justiça. Políticas Públicas para as Vítimas da COVID e a sociedade viva. Familiares. A participação de petistas em redes e campanhas de solidariedade. Reparação. Não se trata apenas de reconstruir o que foi destruído pelo governo Bolsonaro, saúde, ambiente de direitos humanos, associação de trabalhadores e sociais. Se trata de avançar para além do que existia antes. Não existirá democracia enquanto a PM for "polícia que mata preto", mas, embora a pena de morte formalmente não exista no nosso país, há uma série de dispositivos legais e políticos que favorecem a execução de cidadãos e cidadãs pelas forças militares, sobretudo nas favelas e bairros das periferias e nas regiões remotas dos interiores.

Assim, acreditamos que a ação das forças armadas e a ação das políticas são temas que precisam ser tratados de forma enfática, política e publicamente. Sem isto, não haverá direitos humanos em nosso país.

DIREITOS HUMANOS NA GESTÃO PETISTA

A oposição que o PT oferecerá ao governo Bolsonaro deve, sem o primeiro dia, foi paralela por ilhamas ainda em aberto e ilustrativa de algumas questões. As lacunas na atuação estratégica do Partido para enfrentar esse governo de extrema-direita se tornam sentir em várias dimensões, mas, em especial, na dificuldade de construir uma agenda propositiva capazes de precipitar as contradições reais do atualmente do Bolsonaro. A ausência da ótima social e política com a crise sanitária da pandemia tornaram provável a aprovação do Foro Bolsonaro por parte do PT e dos partidos de esquerda mesmo após o início do governo Bolsonaro, que se tornou mais claro ainda com a sua fundamental da resistência democrático, e campanha Lula Livre.

Para Bolsonaro e Lula Livre eram eixos fundamentais e articulados da proposta das esquerdas para 2022. Mas, ao longo do primeiro ano de governo, Lula Livre se tornou progressivamente horizontes em todas as suas dimensões ao centro da ação política não só para o governo e a governo e enfrentamento da Lava Jato colocam em debate toda a perseguição do método mencada desde o início do PT. Essas duas campanhas lançam pontes também com todos os lutas dos movimentos sociais contra a renovação de direitos. Do movimento sindical, passando pelo movimento estudantil, pelos movimentos populares por políticas de moradia, pelos movimentos de luta pela terra, pelo lendo oitavo quilom-ação pelo direito à saúde, até os mais amplos setores de classe trabalhadora. Dos movimentos populares por políticas sociais, destruídas pelo governo, focais e pelo desmonte de programas governamentais, criados em nossos governos nas áreas da moradia, da saúde, da educação, da assistência social, da segurança alimentar, da cultura, do trabalho, da juventude, da agricultura familiar, meio ambiente, entre outros. Dos movimentos populares por políticas de reconhecimento, de núcleo duro do pensamento neoliberal de Bolsonaro e seu governo.

A campanha dos direitos sociais e política de Lula com as decisões do STF sobre a sua inocência e a suspeição de Moro nos processos da Lava Jato tem consequências imediatas e profundas sobre o bloco geral da sociedade e nos movimentos sociais e sociais. Ela engrossa a esquerda brasileira. Uma vez posto se afirmou no plano nacional e internacional contra as políticas de Bolsonaro, a campanha Lula Livre se tornou um dos principais eixos de luta, até em 10 de maior relevo, como o "Ato Lula Livre" ocorrido em "Atleta das ruas" e que, no dia de maio, quando a campanha Foro Bolsonaro passa a realizar seus atos nacionais de massa em locais abertos a participação presencial da militância e do povo, colocando Bolsonaro nas cordas.

DIREITOS HUMANOS NA AGENDA POLÍTICA DO PT

Em 2007, num esforço de reorganização setorial coordenado pela Secretaria Nacional de Movimentos Populares do PT, cujo Secretário era a época o companheiro Anivaldo Simões, o 3º Congresso Nacional do PT aprovou um conjunto de resoluções sobre a vida setorial do Partido e sobre a sua atuação política. Uma dessas resoluções foi a criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que se transformou Setorial de Cultura e de Direitos Humanos. Com a Secretaria Setorial de Cultura e a Secretaria Setorial de Direitos Humanos sejam incorporadas estatutariamente como Secretaria Setorial, conforme decisão do 5º Congresso Nacional do PT.

Nos encontros setoriais posteriores foram estruturadas os setoriais e as nossas Secretarias Setoriais. Estabelecendo-se um padrão diferenciado para as Secretarias Setoriais e as Coordenações Setoriais. Estabelecendo-se também que a Secretarias Setoriais que não tivessem Secretários Setoriais eleitos diretamente pelos encontros setoriais, mas indicados pelos encontros setoriais. Foi assim que, nos encontros setoriais, foram eleitos os Secretários da Secretaria de Direitos Humanos funcionou como Coordenação Setorial até que, no último processo setorial, o quinto de Campinas, com a eleição de um colletivo da Secretaria e da coordenação do companheiro Adriano Diogo. Em pelo menos duas oportunidades, a Executiva Nacional do PT, em 2007 e em 2017, não referendou a indicação dos encontros setoriais e indicou um deles Instrutora e um São Paulo, que foram feitas a secretaria Nacional de Direitos Humanos. A Secretaria Nacional com a correspondente estrutura de funcionamento e a garantia de voz ao Secretário Nacional nas reuniões da Executiva Nacional do PT, com direito a pronunciamento, oficialmente reconhecido pelo Secretário Nacional, de forma regulamentada, pelo menos a nossa Estadual, à Comissão Executiva Nacional do PT, como ao demais Secretarias Nacionais e Setoriais, a remetidas e propostas de situação política e de ação política nacional.

Diante do exposto, este processo de encontro setorial de Direitos Humanos deve se colocar fortemente esse objetivo, com um processo político, amplo, consistente, de reflexão e encontros com o quatro-reinado para Secretarias Setoriais, que devem reconhecidos pela Direção Nacional do PT, conforme prevê a resolução do 5º Congresso Nacional do Partido. E precisa que esse processo atual de organização setorial reconheça diretamente no centro da luta política e ideológica contra o governo Bolsonaro e a extrema-direita, a necessidade do PT com todo o esquerda brasileira anteriores sobre a centralidade desse aspecto no enfrentamento da extrema-direita neofascista e neoliberal hoje no governo federal.

ELEMENTOS PARA UM PROGRAMA DE GOVERNO COMPROMETIDO COM OS DIREITOS HUMANOS

Concepção plataforma mínima de direitos humanos para contribuir no desafio de dar vez e campanha Lula-2022_ *Italianos algumas prioridades*:

1. Revogar a EC 95 aprovada em 2022 Conferências Populares de Direitos Humanos, em todos os estados do Brasil, como parte da mobilização social e construção programática da campanha Lula.

2. Revisar, desde o primeiro dia de governo a democracia, revogando todas medidas golpistas e antidemocráticas do governo Temer e do governo Bolsonaro, como:

3. Convocar nos primeiros dias de governo uma grande Conferência Nacional Popular de Direitos Humanos, que se desenhasse as bases mestras do Plano Nacional de DH 4, revisitado e reconstruindo toda política setorial/social das políticas de proteção, defesa e promoção dos Dh no Brasil.

4. Criação do Ministérios dos Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, bem como a Secretaria Nacional de Juventude, LGBTI e das Pessoas com Deficiência.

5. Instituir uma política de regulação e punição. Memória, Verdade e Justiça. Processar e punir todos os responsáveis pelos crimes cometidos pela Ditadura Civil-Militar (1964-1985), incluindo, com a criação de uma política de Verdade, Justiça e Reparação das Vítimas da COVID e seus compliços;

6. Implantar políticas inviáveis para acabar com o extermínio e encarceramento da juventude negra e combater o encarceramento em massa, não só em presos por crimes relacionados ao policias. Remover e ampliar as atribuições do Primeiro Ciclo e pauta de segurança cidadã como promotor de todo governo Lula;

7. Cessar a guerra às drogas: regular, descriminalizar, reduzir de danos, educação e saúde

9. Reverter o encarceramento em massa de pretos e pobres, e conveçar por desencarcerar

10. Fim da política de guerra às drogas

11. Educação em Direitos Humanos: Estruturar um aparato de educação e cultura de direitos humanos, com propaganda massiva de valores democráticos, pluralistas, enfrentando o negacionismo.

12. Criar a Semana Nacional de Direitos Humanos – com marco legal aprovado no Congresso, estrutura federal, estadual e municipal – política Sobre Memória, Verdade e Justiça, recursos orçamentários, plano plurianual.

13. Desarmar a paz, campanha massiva anti-armas, rever toda legislação bolsonarista, proibindo a venda e redução de número de armas circulando no país, retirar Estatuto do Desarmamento.

15. Reconstruir todas políticas para as pessoas com deficiência, em todas áreas do governo, e com elas "do" sean bem-sucedidas, que mais recursos e estrutura.

14. Reconhecer a promoção de direitos dos LGBTI, estruturar uma política nacional de defesa e promoção dos direitos humanos LGBTI, com ações de memória, reparação legal, inclusão de políticas públicas, criar o Transcidadania nacional.

15. Incluir a questão do envelhecimento no centro da agenda, a começar enfrentando a violência contra os idosos e de ter uma política de proteção e promoção dos direitos integrais, de saúde, de assistência e de uma rede pública que vai garantir o bem-viver desse segmento populacional.

16. Nortear todas ações relacionadas às cinarias e atividades econômicas pelo princípio ESG como fundamento. Romper com as organizações conservadoras dessa pauta – citando como exemplo a Sociedade Rural Brasileira – e com a bancada ruralista, que tem trabalho infantil, de violência, de desemprego. Fortalecendo espaços de participação social como os Conselhos Setoriais;

17. Fortalecer os programas de proteção dos defensores e defensoras de direitos humanos;

18. Reconhecer a colaboração plena das pessoas migrantes, através de políticas públicas de acolhimento, de regularização migratória e de acesso à saúde, à educação, à moradia, à trabalho, de participação, revogar a Portaria 666 e a Lei que regulamenta a Lei 13445 de 2017 e regulamentar a artigo 120 que institui uma política nacional de migração ampla, participativa e cidadã.

19. Reconhecer a política de saúde mental que respeita os direitos humanos e que rompe com as atenção psicossocial, retomar o investimento nos CAPS, focar no SUS – voltar as decisões da reforma psiquiátrica, retomar financiamento às organizações privadas autodenominadas "comunidades terapêuticas".

20. Criar políticas de enfrentamento não-letal pelas políticas; e, enquanto para o conjunto das políticas de promoção e defesa dos DH será enfrentamento letal.

FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DO PT

Entre as propostas que precisamos efetivar nesse novo período de funcionamento da Secretaria Nacional de Direitos Humanos do PT, contamos:

SECRETÁRIO ADJUNTO E COORDENAÇÕES TEMÁTICAS. A unidade alcançada entre os cinco candidatos ao longo do processo de debates deve ser expressa numa gestão democrática e colegiada sob coordenação do Secretário Nacional, dando visibilidade e efetividade ao funcionamento das coordenações temáticas e ao papel político do Secretário Adjunto. Assim, as chapas que participaram do processo eleitoral indicam nomes altamente qualificados e sempre dispostos ao debate de alto nível e à busca da unidade de ação. Assim, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos do PT deve ser composta pelo Secretário e pela coordenação das próximas áreas temáticas: Secretaria Adjunta; Coordenação de Programa de Governo; Coordenação de Memória, Verdade e Justiça; Coordenação de Articulação com as Comissões Legislativas de Direitos Humanos; Coordenação de Direitos das Vítimas da COVID-19. Encontro à Executiva; Setorial e as atividades necessárias para a plena incorporação dessas valorosas competências de tarefas e composição dessas equipes.

A interação da agenda dos direitos humanos com os demais setoriais se mesmo se inclui os direitos humanos, universais, indivisíveis e interdependentes, em todas as suas dimensões. A direitos de setores organizados em vários setores setoriais do PT. A pauta de uma Secretaria de Direitos Humanos não pode ser reduzida a uma pauta de direitos civis e políticos, como sinônimo de direitos humanos, como também não pode ser reduzida a uma pauta de direitos econômicos, sociais e culturais, fortalecer as esquecer enfrentamento e reflexões e coerção de umidade de agir.

A concepção de direitos humanos de um partido socialista como o PT com certeza difere da concepção liberal de direitos humanos, e portanto, deve ser entendida como um espaço permanente de disputa de direitos na estratégia anticapitalista e antineoliberal do PT e a atuar sempre comprometidos estruturalistas: sociedade, feminista, antirracista, ambientalista, libertário!

Como organizador da militância de Direitos Humanos do Partido, cabe à Secretaria Nacional debater com ela e internalizar na luta de classes, na luta social e política de todos os segmentos sociais excluídos, marginalizados, discriminados, buscar e proteger defensores e defensoras de direitos humanos, que são vítimas de violência, de ameaças, de perseguição, que nossas bancadas em todos os níveis lhes dêm ênfase em diversos momentos em que uma plataforma legislativa e uma integração permanente de nossos e nossas parlamentares com a militância de direitos humanos, com a Secretaria Nacional e com as demais instâncias administrativas, em plataformas das iniciativas nos nossos governos federais, estaduais e municipais, em ações governamentais e políticas públicas efetivas e efetivadas de direitos em todas as áreas.

Como coordenadoras do processo de elaboração programática, cabe à Secretaria a condução dos debates sobre o programa de Governo da candidatura presidencial, a qualquer nos eventos. Deve se valer, com certeza, como todos os setoriais, da elaboração dos NAPOL, Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas nacionais, estaduais e municipais. Através, sem tu, estamos, deixar de levar em conta que a elaboração programática é também um espaço de disputa política e ideológica, que deve ser feita com a participação de Estados precisamos. Os nossos estados responsabilizam também a setorial para interfazer com os governos e bancadas parlamentares estaduais, como quando do programa e elaboração e votação do orçamento público e a criação e votação sobre a participação de nossos governos na programa submetido e aprovado ao Partido.

Outro dos desafios do momento presente e no nosso é denunciar os crimes que estão sendo de Bolsonaro representa, é preciso transformar a Secretaria e o NAPP de Direitos Humanos, que tem sido um espaço importante de denúncia, mas que precisa ser ampliado. Para isso, é preciso da Secretaria, num grande fortalecer de interlocução com os Direitos Humanos e as Paz e de alternativas e serem disputadas nos movimentos sociais, no Parlamento e nos nossos governos. O PT deve liderar a construção de uma ampla frente democrática e popular, enfrentando o conservadorismo presente na sociedade sobre muitas das temáticas de direitos humanos, mas que também se manifesta em setores progressistas, como a ideologia de segmentos da opinião pública e partidos que a Secretaria Nacional de Direitos Humanos enfrentamento político e ideológico a todo tipo de negacionismo, fundamentalismo, discursivamente presentes e que se socializa, fazendo média participação à disputa por hegemonia.

Os riscos de ecocentrismo, das longas períodos de autoritarismo na vida republicana, entre elas a ditadura de 1964, do latifúndio, da ditadura do Estado contra os pobres, as mulheres, os negros, os indígenas, os LGBTQIA+, os trabalhadores e as trabalhadoras, a violência contra os conflitos defensores e defensoras rurais, crianças e adolescentes, juventudes, entre outros segmentos oprimidos e discriminados, tudo isso dificulta muito o nosso trabalho. Mas, ao mesmo tempo, também cria oportunidades para o fortalecimento da luta por direitos humanos. Como consolidação Nacional de Verdade, pelo PNDH-3 (Programa Nacional de Direitos Humanos 3), pela Comissão Nacional da Verdade, pelo Programa de Anistia, pelo Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos do Estado. Esse legado permanece atual, deve ser defendido e aprimorado no programa partidário, atualizado e aprofundado em suas bases essenciais.

Os direitos humanos também se constituem como um campo político e jurídico. Como um campo político de disputa de sentidos e de concepções de mundo, que pode ser mobilizado por grupos com interesses institucionais, como os Conselhos; Conferências e plataformas digitais de governo, foram duramente atacados, muitos deles extintos, pelo governo Bolsonaro. Associar a luta por direitos humanos à luta por democracia é uma necessidade estratégica para o PT. Além e importante iniciativa da Nova Primavera, a partir e também a partir de nossos governos federais, estaduais e municipais, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos deve ser um espaço de formação e de convocação de campanhas e aprovação, de luta e sociedade, dessas novos direitos que emergem dos movimentos sociais e processos de luta e participação social.

COORDENAÇÕES REGIONAIS. Foi um ganho significativo do Coletivo e do Coordenador Adriano Diogo, que era oriunda/o que era gestão, bem como do amplo processo de movimentação da militância e direitos humanos que antecedeu o processo eleitoral. Nas plenárias em processo com o processo a multiplicação de Setoriais Estaduais. Estamos organizados hoje em 22 das 27 unidades da federação, com a ausência de Roraima, Rio de Janeiro, Amapá, Maranhão e Paraíba e acompanhamento permanente desses setoriais nos processos de organização estadual. Para tanto, o Coletivo Nacional eleito coordenadoras para as várias regiões do País (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), que, em articulação com a Coordenação da Secretaria Estadual de Direitos Humanos entre e o com a Secretaria Nacional, incluirão avançarão pessoas e elaborações concretas de caráter regional que levam em conta as características e todas especificidades de luta de direitos humanos em cada região do país.

Entre os desafios do presente momento, face à estratégia genocida do governo federal na pandemia de coronavírus, está o apoio à vacinação e a luta por direitos dos vítimas da COVID. O PT apoiará esse processo defendendo um amplo movimento pela Memória, Verdade e Justiça para as vítimas da COVID e articulações políticas para atender às necessidades imediatas e para a luta por justiça e reparação. Nesse sentido, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos do PT, em articulação com a Secretaria Nacional de Saúde do PT, deve estabelecer um diálogo com as vítimas e seus familiares, integrando as bancadas organizações e as debate político todas as forças, tendências, coletivos que participam do processo de construção da Secretaria de Direitos Humanos e demais setoriais do Partido dos Trabalhadores.

ELEMENTOS PARA O PLANO DE TRABALHO DA SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DO PT

Entre as propostas que precisamos efetivar nesse novo período de funcionamento da Secretaria Nacional de Direitos Humanos do PT, contamos:

1. CRIAR a Secretaria Nacional de Direitos Humanos , cria interlocução real com a Executiva Nacional PT, com as demais Secretarias Nacionais e Setoriais do Partido;

2. Estabelecer uma interlocução constante e de construção de programa e campanha, de forma permanente, com todos os encontros e encontros setoriais do PT;

3. Promover uma política permanente de formação e de comunicação com os filiados e filiadas, com a militância, com a sociedade em geral, com os movimentos sociais e sindicais e com a população em geral, com ênfase na luta contra todas as formas de violência e humilhações, principalmente no dia a dia dos centros urbanos e especialmente das periferias, cujo alvo principal é o jovem negro e pobre. Esses fenômenos são descritos e caracterizados e Terrorismo de Estado.

4. As Políticas Militares estabelecem-se na repressão política Brasil afora, durante a Ditadura Militar e isso deveu-se. A PM de São Paulo produziu o massacre do Carandiru (1992). A PM do Rio de Janeiro executou Marielle e Anderson em 2018. Como recentemente, o chacina de Favorela Paz Ethos (2017). A setembro da chacina do Morro do Fallet (2019), oito jovens foram mortos. Em 2020, a operação policial no Jacarezinho, Rio de Janeiro, matou 28 e 29 de Baha. Esses exemplos horrores – entre milhares de outros que poderiam ser listados – mostram a profunda incompatibilidade entre as Políticas Militares e qualquer aprimoro de governo democrático. Se realmente considerarmos que, para nossos governos, a defesa de direitos humanos é central, nossas políticas e atitudes têm direito e ver esses vidas e menosprezo negação da política, não é possível continuar tratando-as como estão.

5. Assim, acreditamos que a ação das forças armadas e a ação das políticas são temas que precisam ser tratados de forma enfática, política e publicamente. Sem isto, não haverá direitos humanos em nosso país.

6. Não existirá democracia enquanto a PM for "polícia que mata preto", mas, embora a pena de morte formalmente não exista no nosso país, há uma série de dispositivos legais e políticos que favorecem a execução de cidadãos e cidadãs pelas forças militares, sobretudo nas favelas e bairros das periferias e nas regiões remotas dos interiores.

7. Assim, acreditamos que a ação das forças armadas e a ação das políticas são temas que precisam ser tratados de forma enfática, política e publicamente. Sem isto, não haverá direitos humanos em nosso país.

8. Não existirá democracia enquanto a PM for "polícia que mata preto", mas, embora a pena de morte formalmente não exista no nosso país, há uma série de dispositivos legais e políticos que favorecem a execução de cidadãos e cidadãs pelas forças militares, sobretudo nas favelas e bairros das periferias e nas regiões remotas dos interiores.

Compartilhe essa notícia: